

REQUERIMENTO Nº,                      DE 2024.

Solicita a inclusão na pauta do Plenário da Casa, dos projetos de lei que tratam da Gestão do Risco e Desastres e Cooperação Humanitária que estão em tramitação nesta Casa.

Senhor Presidente,

**Requeremos**, nos termos regimentais, a **inclusão na Ordem do Dia, no Plenário da Casa**, de proposições relativas a Gestão do Risco e Desastres e Cooperação Humanitária em tramitação na Câmara dos Deputados.

Diante do estado de calamidade pública decretado pelos governos federal e estadual no território do Estado do Rio Grande do Sul, afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, **a sugestão seria a realização de uma semana de esforço concentrado** para votações apenas de proposições que tratam da Prevenção do Risco de Desastres.

Com isso, segue a lista das proposições referentes ao tema, que poderiam ser incluídas nesse esforço concentrado **em regime de urgência**, sendo que, outras proposições poderiam ser indicadas pelas lideranças partidárias:

PL	AUTOR	EMENTA
PL 6966/2013	Comissão Externa Região Serrana RJ	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir como crime ambiental o parcelamento do solo em área de risco de desastre.
PL 5602/2016	Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Política Nacional de Defesa Civil, para dispor sobre a criação de órgãos permanentes de defesa civil e dá outras providências.
PL 4794/2016	Dr. Jorge Silva - PHS/ES; Sergio Vidigal - PDT/ES	Impede a ocupação de áreas de risco e trata do planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo de vazão dos rios. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007
PL 8170/2017	Damião Feliciano - PDT/PB	Aperfeiçoa a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres naturais. Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010.
PL 10898/2018	Walter Pinheiro - PT/BA	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de



		2010 (Lei do Pré-Sal), para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social seja destinada à prevenção de desastres provocados por causas naturais ou de desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com incêndios ou com produtos perigosos, bem como ao atendimento às populações e às áreas atingidas por esses desastres.
PL 485/2022	Joice Hasselmann - UNIÃO/SP	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para obrigar à ampla divulgação de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, pelos municípios que as possuam.
PL 2762/2023	Gilson Daniel - PODE/ES	Institui a Campanha de Conscientização sobre a Gestão do Risco e Desastres.
PL 580/2019	Alvaro Dias - PODEMOS/PR	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).
PL 161/2024	Yandra Moura UNIÃO/SE	Dispõe sobre o Programa de Fomento às Cidades Resilientes e dá outras providências.
PL 1798/2024	Gilson Daniel PODE/ES	Destina parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais, do pagamento de compensações ambientais, e dos advindos de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais, além das sobras orçamentárias de cada ano, para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.

Sala das Sessões, de maio de 2024.

**Deputado LEO PRATES**  
**Presidente**

